

Educação e envelhecimento: uma análise comparativa entre a UNATI/UEM e a *Carta Brasileira para Cidades Inteligentes**

JOÃO VITOR FERREIRA DE ALVARENGA**

TEREZINHA OLIVEIRA***

MARIANA COSTA DO NASCIMENTO****

Universidade Estadual de Maringá - Brasil

Recibido el 23-05-23; primera evaluación el 24-04-24;
segunda evaluación el 08-08-24; aceptado el 15-08-24

RESUMO

Esse artigo tem por objetivo estabelecer uma análise comparativa entre a Universidade Aberta à Terceira Idade (UNATI/UEM) e a *Carta Brasileira para Cidades Inteligentes*. Para atender a esse objetivo, realizamos uma pesquisa qualitativa,

* Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado como pré-requisito a Graduação de Pedagogia da Universidade Estadual de Maringá. Esse estudo está vinculado, também, a duas pesquisas coordenadas pela professora Dra. Terezinha Oliveira. A primeira financiada pela Fundação Araucária [Processo nº. 19.171.310-9] Educação, meio ambiente e população idosa: contribuições para a organização de cidades inteligentes. A segunda foi desenvolvida junto à Universidade da Terceira Idade da UEM [Processo nº. 1485/2020].

** Formado em Pedagogia pela Universidade Estadual de Maringá (UEM). Participei do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID), na modalidade Iniciação a Docência e no programa Residência Pedagógica, na modalidade Residente, ambos vinculados ao projeto/subprojeto UEM - Pedagogia. Graduando do curso de Educação Física - Licenciatura na Unicesumar. Atualmente é auxiliar de relacionamento na VG Educacional, empresa especializada na produção de materiais didáticos para EaD. Correo electrónico: ra107492@uem.br ORCID: <https://orcid.org/0009-0007-4411-3145>

*** Possui graduação em História pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (1986), mestrado em Ciências Sociais pela Universidade Federal de São Carlos (1991) e doutorado em História pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (1997). Realizou, em 2004, estágio de Pós-Doutorado em História e Filosofia da Educação na Faculdade de Educação da USP. É professora titular da Universidade Estadual de Maringá junto ao Departamento de Fundamentos da Educação e ao Programa de Pós-Graduação em Educação. Líder do Grupo de Pesquisa Transformações Sociais e Educação nas épocas Antiga e Medieval (GTSEAM) e do Grupo de Pesquisa Núcleo Interdisciplinar Clássicos na Educação. Correo electrónico: toliveira@uem.br ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5349-1059>

**** Doutora e mestra em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação (PPE-UEM). Graduada em Pedagogia pela Universidade Estadual de Maringá. Desenvolve pesquisas na área de ensino-aprendizagem, teoria piagetiana, jogos de regras e velhice. Atualmente é docente temporária pela UEM. Correo electrónico: mcnascimento2@uem.br ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0150-242X>



de cunho documental. Os resultados indicam seis pontos convergentes entre os documentos: a importância sobre a qualidade de vida dos idosos; planejamento de ações sociais para atendimento dessa população; acesso a serviços culturais e educacionais; incentivo às transformações tecnológicas; formação de profissionais para atendimento à terceira idade perpassando o ensino, pesquisa e extensão e o atendimento hospitalar às pessoas idosas. Conclui-se que o desenvolvimento de políticas de envelhecimento e a formação de recursos humanos para o atendimento de pessoas idosas, possibilitam mudanças a respeito da concepção de velhice, promovendo a qualidade de vida do idoso.

Palavras-chave: educação, envelhecimento, UNATI, carta brasileira para cidades inteligentes.

Educación y envejecimiento: un análisis comparativo entre la UNATI/UEM y la Carta Brasileña para Ciudades Inteligentes

RESUMEN

Este artículo tiene como objetivo realizar un análisis comparativo entre la Universidad Abierta de la Tercera Edad (UNATI/UEM) y la Carta Brasileña para Ciudades Inteligentes. Para cumplir con este objetivo, se llevó a cabo una investigación cualitativa de carácter documental, basada en la identificación de aspectos convergentes entre los documentos analizados. Los resultados revelan seis puntos de convergencia: la importancia de la calidad de vida de las personas mayores; la planificación de acciones sociales dirigidas a esta población; el acceso a servicios culturales y educativos; el fomento de transformaciones tecnológicas; la formación de profesionales para la atención de personas mayores a través de la enseñanza, la investigación y la extensión; y la atención hospitalaria a los ancianos. Se concluye que el desarrollo de políticas de envejecimiento y la formación de recursos humanos especializados en la atención a personas mayores permiten transformar la concepción de la vejez, promoviendo una mejor calidad de vida para este grupo etario.

Palabras clave: Educación, Envejecimiento, UNATI, Carta Brasileña para Ciudades Inteligentes

Education and Aging: A Comparative Analysis between UNATI/UEM and the Brazilian Charter for Smart Cities

ABSTRACT

This article aims to conduct a comparative analysis between the University of the Third Age (UNATI/UEM) and the Brazilian Charter for Smart Cities. To achieve this objective, we conducted qualitative research of a documentary nature, identifying convergent aspects between the two documents. The results reveal six key points of convergence: the emphasis on quality of life for the elderly, the planning of social actions to support this demographic, access to cultural and educational

services, encouragement of technological advancements, the training of professionals to care for the elderly through teaching, research, and outreach, and health-care provisions for the elderly. The study concludes that developing aging policies and training human resources for elderly care can reshape perceptions of aging, ultimately enhancing the quality of life for the elderly.

Keywords: Education, Aging, UNATI, Brazilian Charter for Smart Cities

1. INTRODUÇÃO

A coisa mais moderna que existe nessa vida é envelhecer
A barba vai descendo e os cabelos vão caindo pra cabeça aparecer
Os filhos vão crescendo e o tempo vai dizendo que agora é pra valer
Os outros vão morrendo e a gente aprendendo a esquecer
(*Envelhecer*, Arnaldo Antunes)

A população idosa no Brasil vem crescendo a cada ano. A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2022) indica que indivíduos com 60 anos ou mais, representam 14,7% da população brasileira no ano de 2021, estimado em 31,23 milhões de pessoas. Desde 2012, o contingente de idosos, moradores no Brasil, aumentou 39,8%, pois naquele ano moravam no país 22,34 milhões de pessoas com 60 anos ou mais, que significava um total de 11,3% de toda a população brasileira.

Diante deste aumento do número de idosos residentes no Brasil, pensar em fatores que contribuem para a melhoria da qualidade de vida desta população, torna-se imprescindível. Esses índices exigem a construção de uma sociedade apta para incluí-los nas mais diversas instituições, respeitando suas habilidades e limitações inerentes à idade destes.

O controle exercido pelos poderes dos sistemas econômicos políticos e culturais da contemporaneidade geram uma série de injustiças, desigualdades e exclusão social. Nesta perspectiva, a educação social visa potencializar os sujeitos para que superem esses desafios modificando esse contexto. “[...] pois hoje é a educação social que tem o papel de atuar com propósitos de combate à injustiça e possibilitar uma formação que promova um sujeito pleno em seus direitos e ativo politicamente” (Muller et al., 2010, p. 451).

Segundo Leite et al. (2012), a qualidade de vida na velhice pode ser definida a partir de um panorama multidimensional, complexo e apresenta aspectos objetivos e subjetivos. Para os autores, a qualidade de vida na terceira

idade está ligada à manutenção da saúde física, social, psíquica e espiritual. Por meio destes aspectos, os indivíduos desenvolvem sua autonomia, independência, boa saúde física e mental e o senso de pertencimento à sociedade. Tais panoramas configuram a qualidade de vida. De acordo com Vellas (2009) e Teixeira (2008), a qualidade de vida também se relaciona a ações sociais, em especial, a elaboração de políticas públicas. Nesse sentido, o autor chama a atenção para a necessidade de criação de políticas que possibilitem a inclusão de pessoas idosas na sociedade, considerando o contexto de transformações e avanços sociais.

As políticas de envelhecimento permitem uma nova disposição do tempo e a organização da sociedade para a reinserção do aposentado na vida ativa, adaptado às necessidades dos idosos e assim proporcionar melhores condições de vida à população mais velha. As políticas voltadas para o atendimento dos idosos devem levar em consideração aspectos acerca da concepção de idade do ponto de vista fisiológico, psicológico, social e econômico, partindo do seguinte questionamento: Qual a idade limite para a reinserção do aposentado na vida ativa na sociedade? (Teixeira, 2011; Vellas, 2009).

A distinção entre a terceira idade e quarta idade traz um componente para a resposta. A terceira idade não se inicia com a idade jurídica da aposentadoria para findar com a própria vida. Inicia-se ao cessar a vida ativa, qualquer que seja a idade em que isso se produza, 65 anos, na maioria dos casos, 60 anos, 55 anos, ou talvez menos, para certas atividades profissionais. [...] Para outros, é o momento em que uma doença, uma incapacidade física ou mental, provoca o fim das atividades profissionais, a menos que não seja a impossibilidade de exercer sua profissão por motivos de crise econômica, especialmente com antecipação da aposentadoria. (Vellas, 2009, p. 81).

Nesta perspectiva, é essencial a criação de dois tipos de políticas de envelhecimento, uma que atenda às necessidades de idosos que se enquadram nas características da terceira idade e outra voltada aos idosos que se encontram na quarta idade, ou seja, políticas adaptadas para cada categoria. Consideramos que as orientações apresentadas, em cada grupo etário, podem variar, uma vez que nem todas as pessoas envelhecem da mesma forma (Barros, 2006; Vellas, 2009). A pessoa idosa na terceira idade, com idade entre 60 e 79 anos, caracteriza-se pelos indivíduos que encerraram suas atividades profissionais (aposentados), mas que ainda dispõem de seu potencial fisiológico e mental ativo. Os aposentados podem (e devem) exercer atividades úteis para a sociedade que resultem em benefícios nos aspectos econômicos e sociais. Neste sentido, as políticas de envelhecimento para esses idosos, devem ser dinâmicas,

a fim de elevar os níveis de vida e a inserção na coletividade, por meio de atividade de lazer, saúde, cultural, educativa, social e esportiva, que lhes permitirão serem úteis para a sociedade (Barros, 2006; Vellas, 2009).

Os idosos na quarta idade, compreendem a faixa etária acima de 80 anos e representam uma parte da população menos autônoma, devido às condições de saúde. As políticas de envelhecimento para os idosos nesta categoria, se articulam por meio da disponibilização de equipamentos hospitalares, necessidades de recursos públicos e privados, cuidados médicos em domicílio, suporte aos serviços de atendimento de geriatria, entre outros (Barros, 2006; Vellas, 2009).

Aspectos relacionados a esse tema também estão presentes no Estatuto do idoso (2003). O quarto capítulo, artigo 20, estabelece que: “A pessoa idosa tem direito à educação, cultura, esporte, lazer, diversão, espetáculos, produtos e serviços que respeitem sua peculiar condição de idade”. Entendemos que a educação, é um direito assegurado por lei às pessoas idosas, nesta perspectiva é significativo refletirmos sobre a formação dos profissionais responsáveis pelo atendimento deste público.

Relacionando a essas discussões, a *lei n° 8.842/94* (art. 10, III parágrafo), estabelece que os cursos de graduação devem abranger conteúdos mínimos sobre o tema envelhecimento. Um dos objetivos é instrumentalizar os futuros professores para adequação de currículos, metodologias e materiais didáticos destinados aos idosos.

Nascimento e Calsa (2020, p. 379) afirmam que a formação docente para o envelhecimento perpassa dois modelos de educação: formal e não formal. Nas palavras das autoras, “a proposta de educação formal tem sido dirigida à capacitação das novas gerações acerca da vida longa, enquanto a ideia de educação não formal tem se destacado quanto ao atendimento de pessoas idosas que desejam voltar aos bancos escolares”.

Na educação formal, o docente, de forma interdisciplinar, pode ensinar conteúdos sobre envelhecimento, discutindo sobre: o ciclo da vida e as transformações naturais em cada uma de suas fases, os valores éticos e morais determinantes para a concepção de envelhecimento saudável, a história de vida das pessoas mais velhas, refletir acerca das ações dos homens sobre a natureza e suas percepções ao longo dos anos sobre o meio ambiente nos espaços urbanos e rurais, sobre os aspectos da aposentadoria, entre outros. Em relação a não formal, Nascimento (2019) destaca as Universidades Abertas à Terceira Idade (UNATI) e os projetos intergeracionais ou de coeducação de gerações. As UNATI’S apresentam como objetivo a reinserção do idoso na sociedade,

oportunizando uma vida mais saudável e conhecimentos para sua atualização cultural, proporcionando a saúde física e mental destes indivíduos.

Por sua vez, “[...] os Projetos Intergeracionais (PIs) são definidos como a união de mais de uma geração, sob a realização de uma determinada atividade planejada” (Nascimento, 2019, p. 58). As primeiras iniciativas desses projetos foram desenvolvidas pelo SESC (Serviço Social do Comércio), na década de 1990. O programa *SESC gerações (2003)*, *Avós e Netos (2016)*, são exemplos dessas iniciativas.

Cachioni (2004) destaca que a formação de recursos humanos em gerontologia com foco nos professores de idosos, desempenham um papel importante nas concepções sociais sobre o envelhecimento. Neste cenário, de evolução da educação de idosos, o conceito de “gerontologia educacional” é definido como a área de estudo responsável pela prática de ensino de pessoas no processo de envelhecimento.

Castro (2015) discute as exigências dos idosos ao professor, quanto ao conteúdo do material condutor das aulas, sobre o seu aspecto didático, a organização de cursos, a realização de exercícios práticos e simples, essas exigências tornam o ambiente mais agradável. Quanto às características pessoais, o professor deve ser um bom comunicador, capaz de conduzir a aula, ser entusiasmado, ficar próximo da turma e compreender as dificuldades dos idosos.

É evidente que o professor não é o único profissional que precisa de capacitação para atender a população idosa. Isso porque, o crescimento dessa faixa etária exige a formação especializada em diversas áreas, como Enfermagem, Medicina, Psicologia, Educação Física, refletindo ainda em aspectos relacionados à arquitetura e urbanismo das cidades, uma vez que a estrutura das cidades precisa ser adaptada para atender a população que envelhece. É pensando nisso, que a *Carta Brasileira para Cidades Inteligentes*, visa uma agenda pública para a transformação digital das cidades, com o objetivo de ajudar o Brasil a dar um passo firme rumo a cidades melhores para as pessoas.

A partir dos aspectos apresentados, suscitamos o seguinte questionamento: Quais relações podem ser estabelecidas entre a UNATI/UEM e a *Carta Brasileira para Cidades Inteligentes*? Para responder esta questão realizamos uma análise comparativa entre a UNATI/UEM e o documento base de nosso estudo. Tendo como objetivos específicos: averiguar as convergências entre os dois documentos e investigar o papel docente para o atendimento de pessoas idosas. Como referencial teórico metodológico da pesquisa utilizaremos Cachioni (2008), Costa (2020) e Vellas (2009).

1.1. Educação e envelhecimento

Evidenciamos, com base em Debert (2006) e Nascimento (2016), que a velhice deve ser entendida como uma categoria social e historicamente construída. Isso porque, os termos idoso e terceira idade, por exemplo, são termos que entraram no vocabulário escrito e oral, a partir de políticas voltadas para o envelhecimento. No Brasil, por exemplo, isso aconteceu com a criação da *Lei Orgânica da Previdência Social (1960)* e posteriormente, com a criação do *Estatuto do Idoso (2003)*, que sofreu alteração em 2022 passando a ser denominado como Estatuto da Pessoa Idosa. O termo “velho” pejorativo e relacionado ao período industrial que designava as pessoas improdutivas socialmente passa a receber outras conotações, relacionadas ao envelhecimento ativo.

Apesar da ressignificação do termo, verifica-se que, em nosso cotidiano, frequentemente a velhice é fortemente associada a termos como: dependência, isolamento, desvalorização social, doença, incapacidade, rugas, declínio e morte (Nascimento, 2019).

O estadunidense *Bryan Johnson*, de 45 anos, por exemplo, tem se destacado nas redes sociais por realizar procedimentos estéticos e utilizar suplementos e remédios que buscam a “cura” para o envelhecimento. Como escreve Korich (2023,p.1) “Bryan gasta seus anos de vida tentando ganhar anos de vida”. Além disso, tenta encontrar o tratamento para algo que não é doença. A ideia do norte-americano sobre o envelhecimento está equivocada, pois, o processo de envelhecimento não é uma patologia, pelo contrário, é algo que acontece a todos os seres humanos, inclusive com os animais. Entretanto, existem diferentes maneiras de encarar esse processo. O caso de Bryan evidencia o preconceito em relação à própria idade, denominado pela literatura acadêmica, como gerontofobia ou velhofobia. Por sua vez, o termo ageísmo, diz respeito a discriminação do outro em relação as pessoas mais velhas (Nascimento, 2016).

A desequilíbrio dessas representações sobre a terceira idade perpassa várias esferas da sociedade, em especial, o campo educacional. Os docentes da educação básica, por exemplo, como formadores de novas gerações, podem trabalhar novos olhares em relação ao idoso com as crianças. Nesse sentido, histórias infantis que retratam o idoso como bruxo, rabugento e doente podem dar lugar a novas representações, trazendo uma perspectiva ativa e envelhecimento. Isso porque, “... existem inúmeras maneiras de chegar e estar na terceira idade, assim como em qualquer outra fase da vida”. Evidenciamos, por meio de pesquisas e reportagens, que muitos idosos “... trabalham, fazem viagens, academia de ginástica, aulas de dança, estudam e entre outras atividades”. Desse modo, “... o idoso que observamos nas últimas décadas, não é

apenas aquele que cuida dos netos, faz tricô e é cozinheiro. A nova concepção de terceira idade traz consigo a ideia de “seja quem você quiser ser” (Almeida & Nascimento, 2022, p. 15).

De acordo com Cachioni e Neri (2004), a educação faz parte deste amplo campo de aplicação da gerontologia, pertencente à esfera de uma nova área interdisciplinar, o da *gerontologia educacional*. Essa área apresenta reflexões acerca dos conteúdos e os formatos de educação dirigidos aos idosos, bem como no que diz respeito à formação de recursos humanos no atendimento de pessoas idosas.

O termo *gerontologia educacional* foi utilizado pela primeira vez em 1970, na Universidade de Michigan, por David Perterson. Em 1976, ele a definiu como a área responsável pelo estudo e pela prática das tarefas de ensino a respeito e orientadas a pessoas envelhecidas e em processo de envelhecimento. Em 1980, acrescentou que se tratava da tentativa de aplicar o que se conhece sobre a educação e o envelhecimento em benefício da melhoria da vida dos idosos. Fez, então, a tríplice classificação dos seus conteúdos: educação para idosos; educação para a população em geral sobre a velhice; formação de recursos humanos para o trabalho com os idosos (Cachioni & Neri, 2004, p. 105).

De acordo com a proposta gerontagógica, os professores podem ser denominados como “educadores sociais”, sendo assim, o seu papel é encorajar e apoiar iniciativas coletivas, conectando os indivíduos ao seu ambiente e provocando neles atividades de pesquisa, análises, criatividade, reflexão social, promovendo a participação cidadã e coordenando a produção social comunitária. Neste sentido, a interdisciplinaridade se configura como o fio condutor na formação de recursos humanos principalmente para os profissionais que atuam nas universidades da terceira idade. A formação de professores de idosos é muito importante para a promoção de mudanças culturais acerca das concepções sobre a velhice. (Cachioni & Neri, 2004).

No Brasil, os primeiros serviços de geriatria foram criados em meados da década de 60 e 70 no Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e em São Paulo. O Instituto Sedes Sapientiae, em São Paulo, por exemplo, desde 1982 oferta cursos de especialização em geriatria e áreas conexas para profissionais de diferentes áreas do conhecimento, voltadas para o atendimento de pessoas no processo de envelhecimento (Cachioni & Neri, 2004; Ferrigno, 2010).

A escassez de cursos voltados para à área de gerontologia educacional, como objetivo central, se configura como uma problemática a ser solucionada. Uma vez que, a maioria dos profissionais que atuam nas universidades da terceira idade são professores indicados pelos departamentos da universidade independente de terem formação na área de gerontologia.

Considerando também que vivemos na era digital, e as pessoas no processo de envelhecimento fazem parte desta época, os profissionais que atuam nas universidades abertas à terceira idade, necessitam inteirar-se de discussões e pesquisas a respeito dos avanços tecnológicos, refletindo acerca da inclusão digital das pessoas mais velhas no uso dessas tecnologias. Como aponta Diniz et al. (2020), o uso da internet tem se tornado parte essencial no cotidiano das pessoas devido ao crescimento das inovações tecnológicas.

Consequentemente, com o aumento da população idosa no mundo, cresce o interesse deste público pelo espaço virtual. Apesar do interesse dos idosos nas tecnologias, grande parte desses indivíduos sofrem com a “exclusão digital”, por apresentarem dificuldades quanto ao manuseio dos recursos tecnológicos.

O uso de Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) por parte dos idosos, possibilitam por meio de diferentes ferramentas digitais a busca de informações e o compartilhamento do conhecimento. “... a internet é considerada um espaço no qual as pessoas idosas podem desfrutar de informações relativas aos mais variados interesses, especialmente benefícios para a saúde, que envolvem conhecimento, lazer, trabalho e interação/comunicação”. (Diniz et al., 2020, p.2). Neste sentido, a inclusão digital voltada para pessoas mais velhas se configura como uma forma de melhorar a autonomia dos idosos, possibilitando uma melhor qualidade de vida. Esse artigo tem por objetivo estabelecer uma análise comparativa entre a Universidade Aberta à Terceira Idade (UNATI/UEM) e a *Carta Brasileira para Cidades Inteligentes*.

2. METODOLOGIA

A pesquisa é qualitativa, de cunho documental. Segundo, Gil (2002), a pesquisa documental equipara-se à pesquisa bibliográfica, porém a diferença entre elas é a natureza de suas fontes. Na pesquisa documental, as fontes a serem analisadas são mais diversificadas e dispersas, podemos encontrar documentos que não passaram por nenhum tratamento analítico, sendo eles: documentos de domínio público e instituições privadas, associações científicas, cartas pessoais, diários, memorandos, regulamentos, ofícios entre outros. Por outro lado, também encontramos documentos que já passaram por um determinado tipo de análise, tais como: relatórios de pesquisas, relatórios de empresas, tabelas estatísticas.

A pesquisa documental apresenta uma série de vantagens. Primeiramente, há que se considerar que os documentos constituem fonte rica e estável de dados. Como os documentos subsistem ao longo do tempo, tornam-se a mais

importante fonte de dados em qualquer pesquisa de natureza histórica. (Gil, 2002, p. 46).

A análise dos dados dessa pesquisa baseou-se em dois documentos: *A Carta Brasileira para Cidades Inteligentes* (Brasil, 2021) e a UNATI/UEM. *A Carta Brasileira para Cidades Inteligentes*, é uma iniciativa da Coordenação-Geral de Apoio à Gestão Regional e Urbana da Secretaria Nacional de Mobilidade e Desenvolvimento Regional e Urbano (SMDRU) e do Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR) na qual estão definidos o conceito de “cidades inteligentes” para o Brasil e uma agenda pública para a transformação digital brasileira a partir de princípios, diretrizes, objetivos e recomendações na perspectiva do desenvolvimento urbano sustentável e para a transformação digital das cidades.

O documento foi escrito de forma colaborativa com o apoio da Agência de Cooperação Alemã Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit (GIZ) e em parceria com o Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovações (MCTI), com o Ministério das Comunicações (MCom) e outras instituições, de natureza pública e privada, entre as quais participaram entes federativos das diferentes esferas e de outros poderes, além de diversos profissionais envolvidos principalmente com investimentos urbanos e políticas públicas de desenvolvimento territorial, tecnológico e ambiental. O principal objetivo da *Carta* é ajudar o Brasil a avançar rumo às cidades melhores para todas as pessoas.

A UNATI/UEM se destaca por promover e incentivar ações para melhoria da qualidade de vida das pessoas idosas. Segundo o site oficial da UNATI/UEM (2022), este é um órgão que visa formar pessoas da terceira idade, ou seja, maiores de 60 anos, estimulando a sua saúde mental e corpórea e promovendo a longevidade e conscientização política destes indivíduos. Logo, a finalidade principal de suas atividades é incentivar o espírito de cidadania, de dignidade e de responsabilidade entre todos estes alunos.

Para atender a esses objetivos, as atividades acadêmicas da UNATI, se norteiam a partir de um projeto, no qual são apresentados os aspectos quanto à demanda de pessoas idosas com necessidades especiais, a criação da UNATI como um órgão suplementar e às condições de acesso e permanência. Por meio destes aspectos, buscam fomentar a integração social, cultural e científica entre seus acadêmicos, docentes e técnicos administrativos, bem como a comunidade externa.

O material analisado da UNATI é um documento institucional que contém o histórico, os cursos ofertados, os objetivos e a fundamentação teórica deste órgão suplementar à reitoria instituída pela Resolução 034/2009-COU.

Com base na análise dos dois documentos, encontramos os seguintes pontos que se aproximam: a importância sobre a qualidade de vida dos idosos, planejamento de ações sociais para atendimento dessa população, acesso a serviços culturais e educacionais, incentivo às transformações tecnológicas, formação de profissionais para atendimento à terceira idade perpassando o ensino, pesquisa e extensão e atendimento hospitalar às pessoas idosas.

3. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Com base na análise comparativa entre a *Universidade Aberta à Terceira Idade (UNATI/UEM)* e a *Carta Brasileira para Cidades Inteligentes*, elaboramos o quadro abaixo que evidencia os pontos convergentes (tabela 1) entre os documentos.

Tabela 1. Pontos convergentes entre os documentos

Tema	UNATI/UEM	Carta
1. Importância sobre a qualidade de vida dos idosos.	“Uma das principais intenções da UNATI é promover o desenvolvimento e a qualidade de vida dos idosos . Uma das finalidades da Universidade é propiciar a cultura, o bem-estar da pessoa, a sua formação política e social, com vistas a salvaguardar a sua condição e direito à cidadania, a UNATI é um dos profícuos caminhos para que a UEM desempenhe esse objetivo” (p.1)	“Apresentação da Carta Brasileira para Cidades Inteligentes: As <i>“Cidades Inteligentes” que queremos [...]</i> Vivas e para as pessoas: Colocam as pessoas no centro do desenvolvimento e proporcionam (melhoria da) qualidade de vida a todas e a todos ” (p.5)
2. Planejamento de ações sociais para atendimento à população idosa.	“A UNATI/UEM ao pleitear o status de órgão visa uma institucionalização cuja estrutura e funcionamento lhe permite planejar ações de longo prazo capazes de atender aos desafios sociais e políticos que a expansão da demanda, devida a projeção do crescimento demográfico da população idosa e da mudança no desenho da pirâmide populacional nos próximos quinze anos, exigirá na busca de soluções. ” (p.1).	“Usam tecnologias que levem em conta a sua realidade e que atendam à solução de conflitos e problemas urbanos, ambientais e sociais concretos. Planejam, preparam-se e respondem prontamente a desafios climáticos, demográficos, sanitários, políticos e econômicos. Isso é feito com garantia da segurança social, ambiental e urbana e com garantia do acesso aos serviços essenciais em todas as circunstâncias.” (p. 6).

Tema	UNATI/UEM	Carta
3. Acesso a serviços culturais e educacionais	<p>“Irá desempenhar uma função essencial: ofertar recursos educacionais e socioculturais ao segmento populacional constituído especialmente, mas não exclusivamente, por pessoas idosas.” (p. 1).</p>	<p>“O objetivo é ajudar o Brasil a dar um passo firme rumo a cidades melhores para as pessoas. As cidades são polos de desenvolvimento econômico e têm grande responsabilidade com o <i>bem-estar da população</i>. Concentram grande parte das ofertas de trabalho, educação, equipamentos culturais, serviços públicos e privados.” (p. 12)</p>
4. Incentivo às transformações tecnológicas	<p>“Irá desempenhar uma função essencial: ofertar recursos educacionais e socioculturais ao segmento populacional constituído especialmente, mas não exclusivamente, por pessoas idosas. A função a que nos referimos atende ao disposto na Declaração de Hamburgo (1997), na Política Nacional do Idoso (1994) e no Estatuto do Idoso (2003). (p. 1).”</p>	<p>“Estimular processos de capacitação e aprendizagem em tecnologias digitais para toda a comunidade escolar. Desenvolver ações de educação específicas para o letramento digital de pessoas educadoras capacitando-as para atuar como multiplicadoras da inclusão digital. O objetivo é ampliar, agilizar e facilitar o letramento digital desde a infância até a fase adulta.” (p. 92)</p>
5. Formação de profissionais para atendimento à terceira idade	<p>“Propõe-se a desenvolver e articular projetos de Ensino, Pesquisa e Extensão, com a participação de alunos da graduação e da pós-graduação e docentes dos cursos do campus sede, que desenvolvem projetos relacionados à pessoa idosa e ao processo de envelhecimento.” (p. 1)</p>	<p>“Profissionais do meio técnico e científico em instituições de ensino e de pesquisa. A essas pessoas cabe gerar e disseminar conhecimento, além de apoiar agentes locais por meio de atividades acadêmicas de extensão e pesquisa (IEP).” (p. 17)</p>
6. Atendimento hospitalar às pessoas idosas	<p>“O Hospital Universitário da Universidade Estadual de Maringá terá, após a terceira etapa do projeto, um braço da UNATI/UEM; neste espaço será dado atendimento aos idosos internados, que são pessoas com necessidades especiais, temporárias ou não.” (p. 1)</p>	<p>“Consideram-se equipamentos públicos comunitários as instalações e espaços de infraestrutura urbana destinados aos serviços públicos de educação, saúde, cultura, assistência social, esportes, lazer, segurança pública, abastecimento, serviços funerários e congêneres.” (p. 133)</p>

Nota: Tabela elaborada a partir da análise dos dois documentos (Alvarenga, Oliveira & Nascimento, 2023).

O primeiro ponto convergente entre os documentos refere-se a importância da **qualidade de vida dos idosos**. Embora a *Carta Brasileira para Cidades Inteligentes* não especifique a terceira idade, inferimos que o “todos” abrange também a população mais velha. Consideramos que as discussões sobre qualidade de vida de idosos aproximam-se das discussões de Leite et al. (2012) ao tratar o tema. Para o autor, o bem-estar na velhice é multifatorial, envolvendo aspectos cognitivos, afetivos, sociais e afetivos. Estudos como os de Sapienza e Pedromônico (2005) mencionam que as redes de proteção na velhice, como família, amigos e espiritualidade contribuem para a qualidade de vida dos idosos. Além disso, a prática de atividade física, como aponta Toscano e Oliveira (2009) também contribui para a saúde física e mental de idosos.

Em relação ao segundo aspecto, referente ao **planejamento de ações sociais para atendimento à população idosa**, em ambos documentos há necessidade de se planejar ações a longo prazo nos âmbitos: sociais, políticos, ambientais e econômicos. Esses escritos retomam as palavras de Vellas (2009) sobre a necessidade de criação de políticas públicas para atendimento dessa faixa etária. A elaboração de políticas permite “a redistribuição de papéis, tornando a família, a sociedade, a comunidade e o Estado responsáveis pela assistência à pessoa idosa, inclusive nas situações de dependência” (Santos & Silva, 2013, p. 369).

O terceiro aspecto convergente (**acesso a serviços culturais e educacionais**), por sua vez, se relaciona ao quinto (**formação de profissionais para atendimento à terceira idade**). Como mencionado anteriormente, autoras como Cachioni (2003), Nascimento (2016; 2019) destacam sobre a necessidade de capacitação docente em gerontologia. O aporte teórico nessa área contribuiu para a criação de conteúdos e metodologias voltadas para a terceira idade. Nesse sentido, conhecer as necessidades e especificidades desse público é essencial para a promoção do desenvolvimento cognitivo e social dos educandos em sala de aula.

O quarto ponto, **Incentivo às transformações tecnológicas**, aproxima-se dos escritos de Diniz et al. (2020). Embora a questão tecnológica não apareça de forma explícita no documento, a UNATI cita a Declaração de Hamburgo (1997), na qual especifica no tópico 20 (Acesso à Informação) que o desenvolvimento de novas tecnologias de informação e comunicação na educação evita os riscos da exclusão social dos adultos. Os dados de uma pesquisa realizada em 2021 pela Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas (CNDL) e pelo Serviço de Proteção ao Crédito (SPC Brasil), em parceria com a Offer Wise Pesquisas, revelam a importância dessa discussão. Isso porque, o estudo apontou que o percentual de pessoas com mais de 60 anos no Brasil navegando

na rede mundial de computadores cresceu de 68%, em 2018, para 97%, em 2021”. A principal motivação é a busca por informações sobre economia, política, esportes e outros assuntos (64%), sendo que o principal meio de acesso é por meio de celulares (84%).

O sexto ponto convergente entre os documentos é referente ao **atendimento hospitalar às pessoas idosas**. Bernardes (2020, p. 29), constata que “o tratamento humanizado influência de forma positiva e direta na relação entre profissional da saúde e o paciente idoso”. Neste sentido, cabe aos profissionais da área da saúde compreenderem que os idosos que se encontram hospitalizados necessitam de um cuidado especial e atencioso. A UNATI/UEM apresenta uma parceria com o Hospital Universitário de Maringá (HU) quanto ao atendimento de pessoas idosas internadas que possuem necessidades especiais temporárias ou não. Por sua vez, a *Carta Brasileira para Cidades Inteligentes* também apresenta aspectos relevantes para a saúde da população. A questão “hospitalar” está vinculada a avanços tecnológicos e estruturais de vários setores públicos, incluindo a área da saúde.

Em síntese, o projeto UNATI/UEM atende às expectativas da *Carta Brasileira para Cidades Inteligentes*, no que diz respeito ao planejamento de ações a longo prazo nos âmbitos: sociais, culturais, educacionais, tecnológicos entre outros. No decorrer da pesquisa, também buscamos encontrar pontos divergentes entre os documentos. Ambos os documentos buscam a promoção da qualidade de vida da população, desta forma, refletir sobre o desenvolvimento de cidades comprometidas com o crescimento urbano e a redução de desigualdades, bem como, pensar sobre a formação de indivíduos para o exercício da sua cidadania, é relevante para a sociedade atual.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho teve por objetivo realizar uma análise comparativa entre a UNATI/UEM e a *Carta Brasileira para Cidades Inteligentes*, desta forma, evidenciou-se como pontos de convergência entre os documentos: a importância sobre a qualidade de vida dos idosos, planejamento de ações sociais para atendimento dessa população, acesso a serviços culturais e educacionais, incentivo às transformações tecnológicas, formação de profissionais para atendimento à terceira idade e atendimento hospitalar às pessoas idosas.

Com o crescimento da população idosa no Brasil, cabe à sociedade no âmbito social, cultural e educacional desenvolver políticas de atendimento para a velhice. Neste sentido, a *Carta Brasileira para Cidades Inteligentes* por meio de objetivos estratégicos e recomendações, visa cidades melhores para

todas as pessoas. As Universidades da Terceira Idade, expressam uma política de envelhecimento voltada para a reinserção dos idosos na sociedade, promovendo a qualidade de vida desses indivíduos. Deste modo, a formação de recursos humanos para o atendimento da pessoa idosa torna-se imprescindível para a promoção de mudanças culturais, conceituais e sociais acerca da velhice.

Neste seguimento, observamos que a gerontologia é um campo de estudo amplo e multiprofissional, a maioria dos estudos nesta temática são desenvolvidos, principalmente, nas áreas da saúde. Cabe à educação aprofundar os estudos na perspectiva da gerontologia educacional, considerando o crescimento cada vez mais expressivo da população idosa e as discussões sobre educação e envelhecimento para a melhoria da qualidade de vida na velhice.

5. REFERÊNCIAS

- Almeida, I. O., & Nascimento, M. C. (2022). Representações sobre velhice presentes no filme *É tempo de decidir: Como você quer envelhecer?* *Revista Brasileira de Iniciação Científica, Itapetininga*, 9(1), 1-18. <https://periodicoscientificos.itp.ifsp.edu.br/index.php/rbic/article/view/429>
- Barbosa, M. (2021, março, 17). 97% dos idosos acessam a internet, aponta pesquisa da CNDL/SPC Brasil. *Pesquisas*. Site do Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas. <https://cndl.org.br/varejosa/numero-de-idosos-que-acessam-a-internet-cresce-de-68-para-97-aponta-pesquisa-cndl-spc-brasil/>
- Barros, M. M. L. B. (2006). *Velhice ou Terceira Idade*. Fundação Getúlio Vargas.
- Bernardes, B. G. (2020). *A importância do atendimento humanizado de idosos por profissional da saúde: uma revisão* [Monografia, Universidade Rio Verde]. Biblioteca Digital de URV. <https://www.unirv.edu.br/conteudos/fckfiles/files/Bianca%20Guerra%20Bernardes.pdf>
- Cachioni, M. (2003). *Quem educa os idosos? Um estudo sobre professores de universidades da terceira idade*. Alínea.
- Cachioni, M., & Aguilar, L. E. (2008). Crenças em relação à velhice entre alunos da graduação, funcionários e coordenadores-professores envolvidos com as demandas da velhice em universidades brasileiras. *Revista Kairós*, 11(2), 95-119. <https://revistas.pucsp.br/index.php/kairos/article/view/2395>
- Cachioni, M., & Neri, A. (2004). Educação e gerontologia: desafios e oportunidades. *Revista Brasileira de Ciências do Envelhecimento Humano*, 1(1), 99-115. <https://seer.upf.br/index.php/rbceh/article/view/49>
- Castro, J. L. (2015). Los profesores de adultos mayores. Una revisión bibliográfica. *Olhar de professor*, 18(1), 30-43.

- Debert, G. G. (2006). A antropologia e o estudo dos grupos e das categorias de idade. Em M. M. L. Barros (Org.), *Velhice ou terceira idade?* (pp. 50-67). FGV.
- Ferrigno, J. C. (2010). *Coeducação entre gerações*. SESCSP.
- Gil, A. C. (2002). *Como elaborar projetos de pesquisa*. Atlas.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2022). *Perfil dos idosos responsáveis pelos domicílios*. IBGE.
- Korich, B. S. (2023). *Envelhecimento não é doença*. Folha de São Paulo. https://www1.folha.uol.com.br/colunas/becky-korich/2023/03/envelhecimento-nao-e-doenca.shtml?utm_source=newsletter&utm_medium=email&utm_campaign=newscolumnista
- Leite, M. T., Wink, M. T., Hildebrandt, L. M., Kirchner, R. M., & Silva, L. A. (2012). Qualidade de vida e nível cognitivo de pessoas idosas participantes de grupos de convivência. *Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia*, 15(3), 481-492. <https://doi.org/10.1590/S1809-98232012000300009>
- Lucas Diniz, J., Carvalho Araújo Moreira, A., Ximenes Teiceira, I., Vasconcelos Azevedo, S. G., Siquiera Lima Freitas, C.A., & Cunha Maranguape, I.(2020). Inclusão digital e o uso da internet pela pessoa idosa no Brasil: estudo transversal. *Revista Brasileira de Enfermagem*,1(73),1-9. <https://www.scielo.br/j/reben/a/r7qfDSx6KNMyfPbYQYFpJmw/?lang=pt&format=pdf>
- Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional. (2021). *Secretaria Nacional de Mobilidade e Desenvolvimento Regional e Urbano-Carta Brasileira para Cidades Inteligentes*. <https://www.gov.br/mdr/pt-br/assuntos/desenvolvimento-urbano/carta-brasileira-para-cidades-inteligentes>
- Müller, V.R.; Moura, F., Natali, P.M., Souza, C.R.T. (2010). A formação do profissional da Educação Social: espectros da realidade [Seção de conferência]. XVIII Seminário Internacional de Formação de Professores para o MERCOSUL/CONE SUL, Florianópolis.
- Nascimento, M. C. (2016). *A tomada de consciência como possibilidade de proteção dos/as idosos/as: uma experiência pedagógica com o jogo Quarto na UNATI/UEM*. [Dissertação de mestrado, Universidade Estadual de Maringá]. Biblioteca Digital de Universidade Estadual de Maringá https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/view-TrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=3549326
- Nascimento, M. C. (2019). *Construção de possíveis e do necessário por meio dos jogos de regras: uma intervenção intergeracional com idosos*. [Tese de doutoramento, Universidade Estadual de Maringá]. Biblioteca Digital de Universidade Estadual de Maringá. <https://sucupira.capes.gov.br/sucu>

- pira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=7724206
- Nascimento, M. C. & Calsa, G. C. (2020). Cooperação e diálogo em atividades intergeracionais. *Textura*, 22(52), 378-396. <http://www.periodicos.ulbra.br/index.php/txra/article/viewFile/5613/3906>
- Presidência da República. (1994). Lei Nº 8.842 de 4 de janeiro de 1994. <https://www.planalto.gov.br>
- Presidência da República. (2003). *Estatuto do Idoso*. <http://www.planalto.gov.br>
- Sapienza, G., & Pedromônico, M. R. M. (2005). Risco, proteção e resiliência no desenvolvimento da criança e do adolescente. *Revista Psicologia em Estudo*, 10(2), 209-216. <https://doi.org/10.1590/S1413-73722005000200007>
- Teixeira, S.M. (2008). *Envelhecimento e trabalho no tempo do capital: implicações para a proteção social no Brasil*. Cortez.
- Toscano, J.J.O., & Oliveira, A.C.C. (2009). Qualidade de vida em idosos com distintos níveis de atividade física. *Revista Brasileira Médica no Exercício e no Esporte*, 15(3), 169-173. <https://www.scielo.br/j/rbme/a/KMfqJVrmwjtcVf47ycnCRnR/>
- Turtini, M. H., & Santos, M. C. (2002). A organização do trabalho pedagógico como prática transformadora na educação básica. *Revista Multidisciplinar em Educação*, 9(1), 1-28. <https://periodicos.unir.br/index.php/EDUCA/article/view/6537>
- Universidade Estadual de Maringá. (2022). *Unati*. <http://www.unati.uem.br/>
- Vellas, P. (2009). *As oportunidades da terceira idade*. Eduem.

Roles de autor: Alvarenga, J. V. F.: edição e revisão. Oliveira, T.: conceitualização, metodologia e revisão. Nascimento, M. C.: conceitualização, metodologia e revisão.

Cómo citar este artículo: Alvarenga, J. V. F., Oliveira, T., & Nascimento, M. C. (2024). Educação e envelhecimento: uma análise comparativa entre a UNATI/UEM e a Carta Brasileira para Cidades Inteligentes. *Educación*, XXXIII(65), 125-141.

Primera publicación: 11 de septiembre de 2024.

Este es un artículo de acceso abierto distribuido bajo los términos de Licencia Creative Commons Atribución 4.0 Internacional (CC BY 4.0), que permite el uso, la distribución y la reproducción sin restricciones en cualquier medio, siempre que se cite correctamente la obra original.



Disponível em:

<https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=717882795006>

Como citar este artigo

Número completo

Mais informações do artigo

Site da revista em redalyc.org

Sistema de Informação Científica Redalyc
Rede de Revistas Científicas da América Latina e do Caribe,
Espanha e Portugal
Sem fins lucrativos acadêmica projeto, desenvolvido no
âmbito da iniciativa acesso aberto

João Vitor Ferreira de Alvarenga, Terezinha Oliveira,
Mariana Costa do Nascimento

**Educação e envelhecimento: uma análise comparativa
entre a UNATI/UEM e a Carta Brasileira para Cidades
Inteligentes***

**Educación y envejecimiento: un análisis comparativo
entre la UNATI/UEM y la Carta Brasileña para Ciudades
Inteligentes**

**Education and Aging: A Comparative Analysis between
UNATI/UEM and the Brazilian Charter for Smart Cities**

Educación

vol. 33, núm. 65, p. 125 - 141, 2024

Pontificia Universidad Católica del Perú,

ISSN: 1019-9403

ISSN-E: 2304-4322

DOI: <https://doi.org/10.18800/educacion.202402.A006>